

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Pregoeiro(a) Municipal, Sr(a) ALINE FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, após analisado o resultado do Pregão acima especificado, resolve:

Fi: 154
Ass: 

01 - ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 185/2022
b) Licitação Nr.: 95/2022-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data da Adjudicação: 18/11/22 Sequência: 0
e) Objeto da Licitação: LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

f) Fornecedores e Itens Adjudicados:	Unid.	Qtidade	Descto (%)	(em Reais R\$)	
				Preço Unitário	Total do Item
A. S. DE M. CEZAR 01603722670 (19623)					
1 LOCAÇÃO DE NOTEBOOK - Marca: LENOVO	SV	264,00	0,0000	259,90	68.613,60
2 LOCAÇÃO DESKTOP TIPO A - Marca: WORLD PC SMC PC	SV	288,00	0,0000	349,90	100.771,20
3 LOCAÇÃO DESKTOP TIPO B - Marca: WORLD PC SMC PC	SV	2.640,00	0,0000	211,63	558.703,20
Total do Fornecedor:				728.088,00	
Total Geral:				728.088,00	

Valor total para o período de 24 meses

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.200.3.3.90.39.00.00.00.00 (21), 2.010.3.3.90.39.00.00.00.00 (52), 2.013.3.3.90.39.00.00.00.00 (71), 2.023.3.3.90.39.00.00.00.00 (119), 2.029.3.3.90.39.00.00.00.00 (146), 2.037.3.3.90.39.00.00.00.00 (218), 2.058.3.3.90.39.00.00.00.00 (318), 2.063.3.3.90.39.00.00.00.00 (382)

Aline F. de Oliveira
Comissão de Licitação
CPF: 077.784.770-43





PARECER JURÍDICO Nº 2453/2022
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 156/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº 95/2022

Contratação de empresa especializada em outsourcing e Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC) em microinformática para fornecimento de equipamentos de microinformática, tais como notebooks, desktops e acessórios de informática, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, incluindo a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos locados, com fornecimento de peças.

I. RELATÓRIO

Apresenta-se para parecer os autos do processo licitatório de número acima identificado, Pregão Presencial de nº 102/2022, tendo por objeto a contratação de empresa especializada em outsourcing e Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC) em microinformática, para fornecimento de equipamentos de microinformática, tais como notebooks, desktops e acessórios de informática, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, incluindo a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos locados, com fornecimento de peças.

É o breve relato, em seguida passemos à análise dos autos.

II. ANÁLISE JURÍDICA

A análise realizada por esta Procuradoria, dar-se-á nos termos da Legislação referente a matéria, no caso em comento, nos termos das Leis nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Federal nº 3.555/2000, Decreto Municipal nº 573/2010 e subsidiariamente Lei Federal nº 8.666/93, subtraindo-se posicionamentos que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, considerando a delimitação legal, com teor elucidativo não vinculativo da Autoridade Competente.

Sublinhe-se que a presente apreciação se restringe ao atendimento das exigências legais do processo licitatório em tela.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO
Estado de Minas Gerais



Atendendo às exigências legais, foram juntados aos autos, autorização de solicitação de abertura do processo licitatório, especificações necessárias para a aquisição dos itens, o que propiciou aos interessados em contratar com o Poder Público, conhecimento amplo da especificação do bem pretendido pela Administração, e pesquisa de preços.

Ressalta-se a presença de Termo de Referência e justificativa para locação de computadores por lote, elaborados pelo Diretor da STIC, Sr. Helton Amaral.

Verifica-se a presença de dotação orçamentaria, conforme detalhamento das dotações orçamentárias.

Presente nos autos, cópia de nomeação da Pregoeira e Equipe de Apoio, nos termos da Portaria nº 01/2022.

A minuta do ato convocatório e o instrumento contratual foram devidamente aprovadas pela Procuradoria Municipal, conforme Parecer Jurídico nº 2293/2022, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

Consta nos autos o original do Edital do Pregão Presencial nº 95/2022 com os devidos anexos.

Destaca-se a observância aos preceitos da Lei Complementar 123/2006.

Constata-se a devida publicação do Pregão Presencial a comprovar o respeito ao prazo de ancoragem estabelecido em lei especial e a devida transparência ao procedimento.

Aos 16 de novembro de 2022 deu-se início a abertura do certame, estando presente a empresa A.S DE M. CEZAR, a qual sagrou-se vencedora no valor total de R\$ 728.088,00 (setecentos e vinte e oito mil e oitenta e oito reais).

III. MÉRITO

Ante o exposto, cumpre destacar que o presente parecer tem por objetivo o exame da conformidade dos atos praticados com a lei e o edital. Constatada alguma irregularidade, será considerada a natureza e extensão do vício. Nessas situações, recomendar-se-á a homologação, mediante saneamento de algum ato ou a eventual anulação do certame.

A pregoeira, analisou os documentos referentes a proposta de habilitação da empresa, certificando a validade dos documentos apresentados, conforme previsto no edital convocatório.

Dr. Marco Túlio Mendes de Almeida
Procurador Geral do Município
de Sarzedo
OAB/ME 134.432



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO
Estado de Minas Gerais



Conforme art. 4º, inciso XXII, da Lei nº 10.520/2002, caberá à Autoridade Competente, homologar a licitação, vejamos:

Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

(...)

XXII – homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo definido em edital; e

A homologação corresponde à manifestação de concordância da autoridade com os atos até então praticados pela Pregoeira. Essa concordância se refere a dois aspectos: à legalidade dos atos praticados e a conveniência de ser mantida a licitação.

Constata-se o cumprimento das formalidades legais, podendo os autos ser remetido à autoridade competente para homologação.

Por fim, necessária a remessa dos autos ao controle interno para parecer.

IV. CONCLUSÃO

Ressalvados os atos de gestão e de ordem técnica, verifica-se a presença dos requisitos necessários para que o certame seja homologado, tendo em vista o cumprimento das formalidades legais.

A decisão da autoridade competente quanto ao mérito da homologação do certame deverá ser publicada na forma da lei.

O presente parecer foi elaborado exclusivamente, com base nas informações contidas nos documentos elencados nos autos, cujo teor é de responsabilidade do respectivo informante.

É o parecer, s.m.j.

Dr. Marco Túlio Batista Salomão
Procurador Geral do Município
de Sarzedo/MG, 24 de novembro de 2022.
OAB/MG 134.482

Dr. Marco Túlio Batista Salomão
Procurador Geral do Município
OAB/MG 134.482



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Estado de Minas Gerais

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

- PARECER FINAL -



Análise nº 204/2022

Processo Licitatório nº: 156/2022

Modalidade: Pregão Presencial

Data: 16/11/2022

I. Relatório

Veio a conhecimento desta Controladoria, processo licitatório nº 156/2022, na modalidade Pregão Presencial nº 95/2022, cujo objeto é Contratação de empresa especializada em (outsourcing) de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC) em Microinformática, para fornecimento de equipamentos de microinformática, tais como notebooks, desktops e acessórios de informática, conforme relação constante no anexo VII, para atendimento das necessidades da Prefeitura de Sarzedo/MG pelo período de 24 meses, incluindo manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos locados com fornecimento de peças, para análise quanto à legalidade e verificação das demais formalidades deste, realizada Pela Pregoeira e equipe de Apoio ao pregão nomeada pela Portaria nº 01/2022.

II. Da Legislação:

O Controle exerce atividade de verificação sistemática de um registro, exercida de forma permanente ou periódica, consubstanciada em documento ou outro meio, que expresse uma ação, uma situação, um resultado, etc., com o objetivo de verificar se existe conformidade com o padrão estabelecido, ou com o resultado esperado, ou ainda, com o que determinam a legislação e as normas.

A positiva as exigências à Administração Pública no tocante ao controle e fiscalização municipal, bem como a integração dos sistemas nos três poderes, conforme se vê no Art. 31 c/c Art.74 da CF 1988:

Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

(...)

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Estado de Minas Gerais



I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

§ 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

Nesse mesmo sentido no âmbito Municipal o Controle Interno está previsto na Lei Municipal nº 30/2005 e no Decreto Municipal nº 634/2011 e demais normas que regulam as atribuições da Controladoria, referentes ao exercício de controle prévio e concomitante dos atos de gestão.

Assim, ressalta-se que a Controladoria, articula informações com o objetivo de monitorar e sugerir, a fim de resguardar a administração pública por meio de orientações preventivas nas áreas contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, verificando a legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade e desempenho na administração dos recursos e bens públicos, não adentrando na conveniência e oportunidade dos atos praticados no âmbito das Secretarias Municipais.

Portanto, orientando as melhores práticas, implicando, igualmente, na sua absoluta adequação às normas legais, regido pelo disposto na lei nº 10.520/02, com aplicação subsidiária a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, além das demais disposições que disciplinam a matéria.

III. Da Preliminar:

Ainda em preliminar, torna-se necessário referirmos que a Controladoria está se manifestando no sentido de, à vista das circunstâncias próprias de cada processo licitatório e na avaliação prévia das implicações legais a que está submetida, dar orientação e assessoramento, ressaltando-se que, no caso



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Estado de Minas Gerais



de haver irregularidades, as mesmas serão inexoravelmente apontadas em Auditoria Própria.

Isto posto, ratificamos a orientação de que, em havendo dúvidas sobre determinado ato ou fato administrativo, deverá ser, a consulta, encaminhada por escrito, juntamente com o respectivo processo licitatório, para que as orientações possam ser melhor direcionadas.

IV. Da Análise:

É de fixarmos, por oportuno, que a análise dos fatos se deu com base em documentação acostada aos autos do Processo Licitatório encaminhados pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

O processo está atuado na conformidade e revestido de todas as formalidades legais, munida de Autorização pela autoridade competente, bem como publicidade, Ata, Adjudicação e Homologação, bem como pesquisas de preços para consistir em valor de referência.

V- Do Parecer

A presente Licitação preenche os requisitos exigidos pelas Lei nº 10.520/02 e nº. 8.666/93, bem como suas alterações posteriores, encontra-se revestida de todas as formalidades legais tanto na fase interna como na fase externa, e, opina-se pela homologação do Processo.

Sarzedo, 24 de novembro de 2022


Ana Carolina Silva Mendes
Membro da Controladoria do Município de Sarzedo

CNPJ: 01.612.509/0001-58
RUA ELOY CANDIDO DE MELO, 477
C.E.P.: 32450-000 - Sarzedo - MG

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 185/2022
Data do Processo: 26/08/2022

Folha: 1/1



TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, MARCELO PINHEIRO DO AMARAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 185/2022
- b) Licitação Nr.: 95/2022-PR
- c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
- d) Data Homologação: 24/11/2022
- e) Objeto da Licitação: LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

A. S. DE M. CEZAR 01603722670 (19623)

1	LOCAÇÃO DE NOTEBOOK - Marca: LENOVO	SV	264,00	0,0000	259,90	68.613,60
2	LOCAÇÃO DESKTOP TIPO A - Marca: WORLD PC SMC PC	SV	288,00	0,0000	349,90	100.771,20
3	LOCAÇÃO DESKTOP TIPO B - Marca: WORLD PC SMC PC	SV	2.640,00	0,0000	211,63	558.703,20

Total do Fornecedor: 728.088,00

Total Geral: 728.088,00

Sarzedo, 24 de Novembro de 2022.